

Gabriel Tardelli

A cidade como problema sociológico

uma análise do pensamento de Georg Simmel e Louis Wirth

Resumo

A partir da análise dos textos “A metrópole e a vida mental” e de “O urbanismo como modo de vida”, o presente trabalho pretende relacionar o pensamento de Georg Simmel e de Louis Wirth, respectivamente. Tomando a cidade como “laboratório” sociológico, veremos que há muitas semelhanças entre as perspectivas destes autores. A releitura de suas análises, bem como a apreensão dos conceitos e teorias elaboradas, pode contribuir para a compreensão dos problemas e conflitos das cidades contemporâneas.

Palavras-chave: Metrópole; Urbanismo; Modernidade; Simmel; Wirth.

Abstract

By reading and analyzing Metropolis and Mental Life and Urbanism as a way of life, the present study intends to relate Georg Simmel's thoughts with Louis Wirth. Considering the city as sociological “laboratory”, it is possible to find many similarities between the perspectives of these authors. The reading of their analysis, as well as the apprehension of their concepts and elaborated theories, can contribute to the understanding of the problems and conflicts of contemporary cities.

Keywords: Metropolis; Urbanism; Modernity; Simmel; Wirth.

Gabriel Tardelli

é mestrando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF); bacharel em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA). Pesquisador do Núcleo de Pesquisa sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ-UFF), vinculado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC).

gabrielcmtardelli@gmail.com

INTRODUÇÃO

Quando a Escola de Chicago foi fundada, em 1895, através de uma doação feita pelo empresário John D. Rockefeller, Georg Simmel (1858-1918) já havia adquirido, em 1881, seu título de doutor em Filosofia pela Universidade de Berlim, ao apresentar a tese ‘A natureza da matéria segundo a monadologia física de Kant’. Em 1902, enveredou pelos estudos sociológicos, publicando o texto que aqui será analisado: “A metrópole e a vida mental”¹.

Contextualmente, o mencionado ensaio surgiu entre as publicações de mais três textos sobre cidades: Roma. ‘Uma análise estética’ (1898), ‘Florença’ (1906) e ‘Veneza’ (1907). Ao analisá-las em conjunto, percebe-se que Simmel faz uma distinção entre a metrópole e as cidades históricas, as quais estão em ruínas ou em vias de extinção. Assim, se Roma é uma relíquia, Veneza é uma cenografia e Florença é uma tragédia – o caráter trágico desta última deriva da luta permanente entre Natureza e Cultura.

Para Fortuna (2003, p. 103), diferentemente de “A metrópole e a vida mental”, “Simmel imprime aos textos sobre as cidades italianas uma lógica analítica diferenciada, de feição puramente estética e simbólica”. Contudo, acredito que as noções de arte e estética estão constantemente presentes no pensamento de Simmel, mesmo em suas reflexões sobre a metrópole. A cidade, portanto, é escolhida enquanto objeto estético. Seu olhar está voltado para a vida humana; por isso, tenta dar conta da variedade de configurações sociais da cidade. Como veremos, Simmel não substancializa a cidade, pois o que lhe interessa é a riqueza das interações que ali são estabelecidas.

Além da influência exercida por Max Weber (1864-1920), pelo pragmatismo norte-americano e pela psicologia experimental, as ideias de Simmel tiveram grande repercussão na Escola de Chicago, sobretudo após a publicação de seus ensaios na *American Journal of Sociology*.

Tal como Simmel, os membros da Escola de Chicago² – pelo menos no que concerne às primeiras

gerações – preocupavam-se com grupos sociais, já que suas pesquisas eram oriundas de um contexto marcado pela segmentação, pela imigração e pela pobreza (Becker, 1996, p. 177). Não por coincidência, Robert Ezra Park (1864-1944) estudou com Simmel em Heidelberg, o que certamente lhe deixou marcas indeléveis.

Ao ser convidado por William I. Thomas (1863-1947) para ingressar no quadro de docentes da Escola de Chicago, Park escreveu um ensaio sobre a cidade, “encarando-a como um laboratório para a investigação da vida social” (Becker, 1996, p. 180); e a cidade de Chicago seria o lugar ideal para tal pesquisa. Sua ideia pode ser resumida pelo que disse à época: “Hoje, o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade; então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo” (Park *apud* Becker, 1996, p. 180).

As sugestões de Park foram acatadas e desenvolvidas pelos seus alunos, a exemplo de Donald Pierson (1990-1995) – que estudou relações raciais no Brasil – e de Louis Wirth (1897-1952). De origem alemã, Wirth seguiu os passos do mestre e contribuiu para o estudo das sociedades urbanas e para a elaboração de uma teoria do urbanismo. Isso fica claro quando lemos “O urbanismo como modo de vida”³, texto sobre o qual irei me debruçar mais atentamente.

Neste trabalho, pretendo, a partir da análise de “A metrópole e a vida mental” e de “O urbanismo como modo de vida”, relacionar o pensamento de Simmel e de Wirth, respectivamente. Tomando a cidade como “laboratório”, veremos que há muitas semelhanças entre as perspectivas destes autores. Na verdade, se se pensasse em termos de “linhagem” intelectual, Wirth descende não somente de Park, mas também de Simmel.

INDIVÍDUO E SOCIEDADE NA VIDA URBANA

Em “A metrópole e a vida mental”, Simmel inova ao trazer uma abordagem que lhe será peculiar, mas, ao mesmo tempo, traz questões que têm acompanhado as Ciências Sociais desde seus primeiros passos. É assim, por exemplo, com o tema da tensão entre indivíduo e sociedade, presente em Rousseau, Weber, Durkheim, Mauss, entre outros. Nas primeiras linhas

escola de atividades.

³ Publicado em 1938, em *The American Journal of Sociology*, sob o título “Urbanism as way of life”. A tradução deste texto, feita por Marina Corrêa Treuherz, encontra-se em ‘Velho’ (1976).

1 O título original em alemão é *Die Großstädte und das Geistesleben*. Para a análise que se segue, utilizei a tradução de Sérgio Marques dos Reis, contida em ‘Velho’ (1976). Como parâmetro, a tradução portuguesa de Artur Mourão (Disponível em lusofonia.net, sob o título ‘As grandes cidades e a vida do espírito’) foi bastante útil.

2 Becker (1996, p. 179) faz uma interessante distinção entre as ‘escolas de pensamento’ e as ‘escolas de atividades’. No primeiro caso, os membros compactuam mutuamente com suas ideias e concepções; enquanto no segundo, embora mantenham pontos de vista dissonantes, unem-se em torno de atividades. Para ele, a Escola de Chicago, apesar do compartilhamento de algumas noções, deve ser considerada como uma

do texto mencionado, o sociólogo alemão sustenta que um dos principais problemas da vida moderna é justamente o da luta travada pelo indivíduo com as forças sociais, a fim de manter sua individualidade e autonomia.

Provavelmente, Simmel estava pensando em Rousseau e Durkheim quando esboçou, rapidamente, os caminhos pelos quais o indivíduo passou a partir do século XVIII: “A natureza do homem, originalmente boa e comum a todos, devia desenvolver-se sem peias. Juntamente com maior liberdade, o século XVIII exigiu a especialização funcional do homem e seu trabalho” (Simmel, 1976, p.11). Se do ponto de vista ontológico é ao “bom selvagem” que faz referência, na perspectiva sociológica, Simmel segue a divisão do trabalho social durkheimiana.

Durkheim distingue a solidariedade mecânica, própria das “sociedades inferiores”, da solidariedade orgânica, presente nas “sociedades superiores” e mantida, entre outros mecanismos, pela divisão do trabalho. A primeira apenas é viável “na medida em que a personalidade individual é absorvida na personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera de ação própria, por conseguinte, uma personalidade” (Durkheim, 2013, p. 108). Nota-se, pois, que as sociedades nas quais os indivíduos distinguem-se uns dos outros têm uma unidade maior, proporcional ao aumento da individuação das partes. Em outras palavras, segundo Durkheim, “a individualidade do todo aumenta ao mesmo tempo que a das partes; a sociedade torna-se mais capaz de se mover em conjunto, ao mesmo tempo que cada um de seus elementos tem mais movimentos próprios”.

Para Simmel (1976, p. 11), no entanto, embora a especialização torne cada indivíduo incomparável a outro e, em certa medida, indispensável, torna, igualmente, os indivíduos mais dependentes. Daí porque haver resistências à uniformização e ao nivelamento perpetrados por um “mecanismo sociotecnológico”.

Eis, portanto, a indagação do autor: como a personalidade acomoda-se nos ajustamentos às forças externas, ou seja, como os indivíduos lidam com as forças sociais, as heranças históricas, a cultura externa? Vale ressaltar que o foco de sua investigação recai sobre o “tipo metropolitano de individualidade”, o qual está sujeito à “intensificação dos estímulos nervosos, que resulta da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores” (*Ibidem*, p. 12). Todavia, para compreender a “vida mental” dos habitantes das grandes cidades, durante todo o ensaio não se furta a contrastá-la com a vida nas cidades pequenas e no campo. Escrito no alvorecer do século

XX, nota-se que Simmel teve a sensibilidade de perceber a reconfiguração do espaço urbano e seu descompasso frente ao espaço rural.

O autor distingue a emoção, ligada ao inconsciente, do intelecto, vinculado ao plano do consciente. Sob a influência da Fisiologia, Simmel afirma que, nessas circunstâncias, o homem da metrópole, a fim de proteger sua subjetividade do ambiente externo, desenvolve um órgão antitético ao coração: a cabeça. Isso ensejaria uma maior conscientização e uma predominância da inteligência.

Mas, juntamente com o intelecto desse indivíduo, há, nas grandes cidades, a economia monetária, caracterizada pela multiplicidade e concentração das trocas econômicas, que diferem radicalmente do comércio rural. A soma deste modo econômico com o domínio da inteligência é, segundo Simmel (1976, p. 13), incompatível com a individualidade, uma vez que “dela resultam relacionamentos e reações que não podem ser exauridos com operações lógicas”, tampouco é compatível com o “princípio pecuniário”.

Apesar de apontar que, diferentemente da “psicologia econômica do pequeno grupo”, na economia do dinheiro há um desconhecimento mútuo entre o produtor e o consumidor, Simmel não engendra pela análise marxista do modo de produção capitalista; sua preocupação está mais voltada para o comportamento social. Dominada pelo dinheiro, a metrópole moderna é o espaço por excelência do que Simmel chama de atitude prosaica⁴ – esta se manifesta na redução da vida social em fórmulas matemáticas, transformando o mundo em um problema aritmético, conforme o ideal da Ciência Natural (Simmel, 1976, p. 14).

A metrópole, causa e efeito da exatidão calculista da vida prática, é inimaginável sem os ponteiros de um relógio. A exemplo de Mr. Phileas Fogg⁵, o homem cidadão necessita demasiadamente da pontualidade das “atividades e relações mútuas em um calendário estável e impessoal” (Simmel, 1976, p. 15). Pontualidade, calculabilidade e exatidão são, pois, traços da vida metropolitana. Para Simmel,

4 Não consta a palavra “prosaicista” no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa nem no Dicionário Priberam (versão *on-line*), tampouco na tradução portuguesa de Artur Mourão, não obstante ter sido utilizada por Sérgio Marques dos Reis, tradutor da versão aqui resenhada. Talvez a palavra que melhor traduziria em língua portuguesa o conceito de Simmel fosse “prosaica”, que além de ser algo comum ou trivial (sem poesia), conota aquilo que é “aferrado ao lado prático e material da vida” (Houaiss, 2001, p. 2314), o que, a meu ver, está mais próximo da ideia do autor.

5 Personagem central do romance *Le tour du monde en quatre-vingts jours*, publicado por Júlio Verne em 1873.

porém, tais traços decorrem não somente da economia do dinheiro e do caráter intelectualístico, mas da “complexidade e extensão da existência metropolitana” e da necessária exclusão dos impulsos irracionais e instintivos. Quando assim o é, a vida do indivíduo passa a ser moldada e esquematizada externamente, isto é, pelas “forças sociais”.

Nas linhas seguintes, Simmel nos conduz a outra constatação: paradoxalmente, há nas grandes cidades uma estrutura de altíssima impessoalidade, ainda que promovam uma subjetividade bastante pessoal. Esta contradição leva o autor a elaborar um dos conceitos mais importantes dos estudos sobre as cidades modernas: a atitude *blasé*. Esta atitude é oriunda de duas fontes, uma fisiológica e outra econômica. No primeiro caso, o indivíduo recebe um bombardeio de estímulos nervosos: imagens, cores, mudanças bruscas, velocidade. Com os nervos esgarçados por estas impressões, o sujeito torna-se incapaz de reagir a novas sensações; torna-se *blasé* (Simmel, 1976, p. 16).

Em relação à fonte econômica, “a essência da atitude *blasé* consiste no embotamento do poder de discriminar”, ou seja, as coisas são destituídas de sua substância, aparecendo de maneira opaca e uniforme à pessoa *blasé*. O dinheiro assume a posição de principal nivelador, tendo em vista que, “com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade” (Simmel, 1976, p. 16).

Ora, as grandes cidades são, de acordo com Simmel, a localização genuína da atitude *blasé*. É no espaço urbano que as fontes fisiológica e econômica deste comportamento são alimentadas, ensejando um círculo vicioso dentro do qual o indivíduo sente-se inútil diante da monstruosidade dessa roda-viva. Por outro lado, é a atitude *blasé* que possibilita a adaptação do indivíduo à cidade moderna.

Diante dessas circunstâncias, o indivíduo busca formas de autopreservação frente às investidas da experiência urbana. A reserva é uma das atitudes que servem a este objetivo. Trata-se de uma atitude mental dos indivíduos metropolitanos, um comportamento social negativo, que evita que tenhamos contato com um número avassalador de pessoas. Isso porque, caso tivéssemos que nos relacionar com todos os indivíduos, como geralmente ocorre em localidades menores, ficaríamos atomizados e chegaríamos a um “estado psíquico inimaginável” (Simmel, 1976, p. 17).

Ao conferir maior liberdade individual, a reserva contribui para que a metrópole continue nos trilhos

do “desenvolvimento social”. Neste ponto, Simmel nos conduz pela história das formações sociais. A primeira fase corresponderia aos círculos relativamente pequenos e fechados, que se posicionam estranha ou antagonicamente em face aos círculos vizinhos. Coerente, estes círculos limitam o desenvolvimento das qualidades individuais. Todavia, à medida que o grupo cresce, seja numérica e espacialmente, seja em significado e conteúdo de vida, a unidade interna torna-se menos rígida, havendo maior conexão com os grupos circunvizinhos. Além disso, o indivíduo nesta fase ganha liberdade de movimento, assim como uma “individualidade específica para a qual a divisão do trabalho no grupo aumentado dá tanto ocasião quanto necessidade” (*Ibidem*, p. 18-19).

Nas grandes cidades, graças à reserva e à indiferença recíprocas, o indivíduo “é ‘livre’ em um sentido espiritualizado e refinado, em contraste com a pequenez e preconceitos que atrofiaram o homem de cidade pequena” (*Ibidem*, p. 20). Entretanto, Simmel nos alerta: “Trata-se, obviamente, apenas do reverso dessa liberdade, se, sob certas circunstâncias, a pessoa em nenhum lugar se sente tão solitária e perdida quanto na multidão metropolitana”.

De acordo com Fortuna (2003), as cidades subjacentes à análise acima resenhada são Berlim e Viena, as principais metrópoles europeias da época. Mas pode-se dizer, por outro lado, que Simmel tenha pensado em Paris, notadamente no que ela representa enquanto cidade “iluminada”. Quanto a Roma, o sociólogo também a considerava um símbolo da modernidade; porém, sua sobreposição de temas aliada ao trânsito de tempos tornava-a “menos” moderna do que a cidade francesa (Simmel, 2003).

Segundo Simmel, a característica mais marcante das metrópoles é a sua “extensão funcional para além de suas fronteiras físicas” (*Ibidem*, p. 21); o que significa que o modo de ser metropolitano não está restrito ao espaço urbano. Dotada de uma altíssima divisão econômica do trabalho, “é um fato decisivo que a vida da cidade transformou a luta com a natureza pela vida em uma luta entre os homens pelo lucro, que é aqui não é conferido pela natureza, mas pelos outros homens” (*Ibidem*, p. 22). Para encontrar sua fonte de renda e uma função nesse lugar, o indivíduo precisa afirmar sua personalidade; mesmo que, para tanto, seja necessário incorporar “extravagâncias especificamente metropolitanas do maneirismo, capricho e preciosismo”.

Em conclusão, Simmel sustenta que há na metrópole, além da escassez das relações intersubjetivas, a preponderância do espírito objetivo sobre o espírito subjetivo. Mas, a despeito destas conclusões pessimistas, o sociólogo atenta para o

fato de que cabe ao investigador tentar compreender esse processo, ao invés de acusar ou perdoar. E a metrópole, enquanto formação histórica, é um importante campo de observação.

POR UMA TEORIA DO URBANISMO

Publicado originalmente em *The American Journal of Sociology*, em 1938, “O urbanismo como modo de vida” é um dos textos mais significativos de Louis Wirth, um dos expoentes da Escola de Chicago. Assim como seu colega e orientador Robert Ezra Park fizera em “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, Wirth coloca a cidade no centro da investigação sociológica.

Embora não sustente que todas as cidades sejam “modernas”, o moderno é, para ele, caracterizado pelo crescimento das grandes cidades. Por outro lado, Wirth corrobora a afirmação de Simmel, para quem a característica mais marcante das metrópoles é a sua “extensão funcional para além de suas fronteiras físicas” (Simmel, 1976, p. 21). Wirth (1976) acredita que o urbano enquanto modo de vida transcende as fronteiras das cidades. Isto porque estas exercem uma crescente influência sobre a vida social, na medida em que são “o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo” (Wirth, 1976, p. 91).

Historicamente, trata-se de uma transformação radical de inúmeras formas de se viver em coletividade. Em pouquíssimo tempo houve um intenso êxodo rural e uma crescente influência do modo de vida urbano sobre o modo de vida rural; ainda que as marcas da sociedade anterior (de *folk*) não tenham sido totalmente apagadas. Conforme Wirth, o sociólogo deve estar atento a essas modificações, bem como às diferenças entre essas duas dimensões. Ao visualizar a sociedade urbano-industrial e a sociedade rural enquanto tipos ideais de comunidades, o pesquisador poderá ter parâmetros para analisar diferentes modelos de associação humana.

Definições sobre a cidade estão presentes em muitas disciplinas, como a Geografia, a História e a Economia; contudo, suas contribuições eram insuficientes à pesquisa sociológica, tendo em vista que, segundo Wirth (1976, p. 91), “uma definição sociologicamente significativa do que seja cidade procura selecionar aqueles elementos do urbanismo que a marcam como um modo distinto de vida dos agrupamentos humanos”.

Nesse sentido, isolar esses elementos, dotando-os de autossuficiência, é um equívoco grave. Assim, o número de habitantes de uma localidade e a identificação da cidade com suas fronteiras físicas por si só não contribuem para sua caracterização. Se pode haver cidades com uma população inferior à que supostamente as definiria, da mesma maneira, como visto anteriormente, as características urbanas são transfronteiriças; graças, em boa medida, ao desenvolvimento tecnológico nos transportes e na comunicação.

Igualmente, a densidade populacional, concebida isoladamente, é um critério deficiente. Para que seja útil, é preciso correlacioná-la com outros fatores sociais, a exemplo da profissão dos habitantes, das instalações, instituições e formas de organização política, as quais devem ser contextualizadas. O problema, segundo Wirth (*Ibidem*, p. 94), “não reside em se saber se as cidades na nossa civilização ou em outras possuem esses traços característicos, e sim em apurar sua capacidade de moldar o caráter da vida social à sua forma especificamente urbana”.

Além dos elementos essenciais comuns aos diferentes tipos de cidade, Wirth atenta para o fato de que uma tipologia das cidades deve levar em conta as variações referentes à localização, à idade e à função, assim como às pequenas cidades e aos prósperos centros metropolitanos.

Em seguida, coerente com seu objetivo de sistematizar o estudo das cidades, o autor conceitua urbanismo e urbanização: o primeiro diz respeito ao complexo de caracteres que formam o modo de vida peculiar das cidades, enquanto o segundo refere-se ao “desenvolvimento e as extensões” dessas características. Ou seja, a urbanização é o processo pelo qual o urbanismo passa a ser um modo de vida.

Concluindo sua definição, Wirth diferencia urbanismo, capitalismo e industrialismo, apesar de reconhecer que o surgimento do mundo moderno não está apartado do aparecimento das máquinas, da produção em massa e do modo de produção capitalista. Em suma, o sociólogo propõe a seguinte definição de cidade: “[...] núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (Wirth, 1976, p. 94). Com base nestes postulados, Wirth tenta formular uma teoria sobre o urbanismo, como se verá nos próximos parágrafos.

Mesmo reverenciando o ensaio de Max Weber intitulado “*Die Stadt*”⁶ e o folheto de Robert E.

6 Traduzido como “Conceitos e categorias da cidade”, este texto de Weber também consta em ‘O fenômeno urbano’, obra pioneira organizada por Otávio Guilherme Velho e de onde foram extraídos os textos de Simmel e Wirth. Uma versão ampliada do texto de Weber (com outra tradução) pode

Park citado acima, Wirth defende a necessidade de “um corpo extenso de hipóteses sucintas que possam ser derivadas de um conjunto de postulados implicitamente contidos numa definição sociológica da cidade e de nosso conhecimento sociológico geral, que possa ser comprovada através de pesquisa científica” (Wirth, 1976, p. 97). Percebe-se que reivindica uma teoria do urbanismo que esteja atrelada à Sociologia, bem como à pesquisa empírica, em conformidade com as orientações da Escola de Chicago.

Mas Wirth alerta para o principal problema que o sociólogo da cidade deparar-se-á: como descobrir “as formas de ação e organização social que emergem em grupamentos compactos, relativamente permanentes, de grande número de indivíduos heterogêneos” (Wirth, 1976, p. 97). A partir desta questão inicial, o autor passa a demonstrar como a quantidade da população, a densidade populacional e a heterogeneidade de habitantes e vida grupal podem servir de base à elaboração de proposições sociológicas, formuladas mediante observação e pesquisa.

No que diz respeito à quantidade da população, Wirth observa que o aumento desta é proporcional ao aumento das interações entre os indivíduos e, conseqüentemente, das variações individuais e da diferenciação entre eles. As variações, por sua vez, ensejam a separação espacial desses indivíduos, quer em função da cor, da herança étnica e do *status* socioeconômicos, quer em função de gostos e preferências. Citando diretamente Simmel, o autor sinaliza que o aumento do número de habitantes impossibilita que cada um dos membros da comunidade conheçam todos os outros.

Ainda na esteira de Simmel – e em certo sentido de Durkheim –, Wirth, tendo a divisão do trabalho como pano de fundo, elenca as conseqüências do crescimento populacional, quais sejam, o desconhecimento mútuo, a segmentação dos papéis sociais, a dependência de um maior número de pessoas para a satisfação das necessidades da vida e a maior quantidade de grupos organizados. Não obstante, tal dependência se dá através de contatos secundários, isto é, impessoais, superficiais e transitórios. Mais uma vez, Simmel e Wirth se encontram: “A reserva, a indiferença e o ar *blasé* que os habitantes da cidade manifestam em suas relações podem, pois, ser encaradas como instrumentos para se imunizarem contra exigências pessoais e expectativas de outros” (Wirth, 1976, p. 97).

Com vistas à autopreservação, o habitante da

cidade mantém relações utilitárias, de modo que cada interlocutor é visto como um meio de se alcançar os fins desejados. Sob esta perspectiva, ainda que o indivíduo tenha mais liberdade, perde a “espontânea autoexpressão, a moral e o senso de participação, implícitos na vida numa sociedade integrada”. Isto constituiria, de acordo com Wirth, o estado de anomia ou de vazio social descrito por Durkheim. Além do caráter segmentário e utilitário, as relações intersubjetivas na cidade estão comprometidas pelo “nexo pecuniário” – em consonância com o pensamento de Simmel a respeito da economia monetária –, “que tendem a obstruir o funcionamento eficiente da ordem social a não ser que sejam fiscalizados por códigos profissionais e ética ocupacional” (Wirth, 1976, p. 101). Daí o motivo pelo qual há a prevalência de um equilíbrio instável na vida urbana, na qual a comunicação somente é viável por meios indiretos e os interesses pessoais somente podem ser articulados por um processo de delegação: a voz do representante é ouvida em detrimento da voz do indivíduo.

Já em relação à densidade da população – um aumento numérico para uma área constante –, Wirth afirma que a especialização e a diferenciação que dela se originam são a única forma de que a área supere o aumento numérico. Ademais, se os contatos físicos são mais estreitos, contraditoriamente, os contatos sociais são cada vez mais distantes, como Simmel assinalou anteriormente.

As diferentes partes da cidade adquirem, pois, funções especializadas. A população, igualmente, é selecionada e distribuída para lugares distintos. Desta forma, a cidade tende a parecer um “mosaico de mundos sociais”, o que possibilitaria “uma perspectiva relativista e um senso de tolerância de diferenças”. Todavia, o contato estreito fomenta um “espírito de concorrência, engrandecimento e exploração mútua”, bem como “a tendência de se utilizarem controles formais” (Wirth, 1976, p. 104). Da mesma maneira que Simmel destaca o relógio de bolso como símbolo da exatidão calculista da vida prática, Wirth simboliza a base da ordem social no mundo urbano com o relógio e o sinal de trânsito.

Por fim, quanto à heterogeneidade, a primeira conseqüência que dela se depreende é a quebra da rigidez das castas, tornando a estratificação social mais complexa. Através da mobilidade, o indivíduo é estimulado por um grande número de interações, adquirindo um *status* social flutuante em relação a grupos sociais diferenciados que compõem a estrutura social da cidade, ou seja, torna-se um habitante cosmopolita. Por outro lado, a insegurança e a instabilidade são incorporadas como normas gerais, já que a liberdade de circulação da população e

ser encontrada, sob o título “A dominação não legítima (tipologia das cidades)”, em Weber (2012).

a mobilidade social possibilitam a rápida substituição dos membros do grupo.

Conforme vimos acima, Simmel (1976) sublinha que, a despeito da especialização e da diferenciação, há mecanismos que tentam nivelar os indivíduos. Esta influência niveladora exercida pela cidade não passou despercebida por Wirth, para quem, “onde quer que estejam concentradas grandes quantidades de indivíduos de constituições diferentes, entra também o processo de despersonalização. Essa tendência niveladora é inerente, em parte, à base econômica da cidade” (Wirth, 1976, p. 105). Mas, como Simmel, Wirth não explora mais atentamente os meandros do modo de produção capitalista; preocupa-se mais com a maneira pela qual os indivíduos interagem no mundo urbano.

Ao escrever após o estopim da Primeira Guerra Mundial e um ano antes da eclosão da Segunda, pode-se dizer que Wirth dera um passo à frente de seu contemporâneo, tendo percebido que o processo político não mais poderia ser compreendido sem se levar em consideração as “modernas técnicas de propaganda”:

Se o indivíduo participar de qualquer forma na vida social, política e econômica da cidade, deverá subordinar um pouco de sua individualidade às exigências da comunidade maior e nessa medida fazer parte de movimentos coletivos. (Wirth, 1976, p. 106)

O intuito de Wirth é que o arcabouço teórico por ele esboçado possa dotar os estudos do urbanismo de maior unidade e coerência. Objetivando a confirmação de sua abordagem, o autor propõe que o sociólogo que queira se debruçar sobre a cidade a verifique empiricamente através de três perspectivas inter-relacionadas: a) ecologia; b) organização social; e c) psicologia social. A fim de ilustrar sua proposta, Wirth nos fornece alguns dados empíricos coletados de trabalhos sobre cidades, principalmente referentes aos Estados Unidos da década de 1930.

A perspectiva ecológica originou-se a partir de uma formulação de Park, segundo a qual o espaço físico espelhava o espaço social, de modo que a mensuração das distâncias físicas poderia dizer alguma coisa acerca das distâncias sociais. Em suas próprias palavras: “A geografia física, as vantagens e desvantagens naturais, inclusive meios de transporte, determinam com antecedência o esboço geral da planta urbana” (Park, 1976, p. 30). O termo ecologia, portanto, não é empregado no sentido de preservação ambiental, mas no sentido utilizado pela biologia vegetal da época, referente à competição pelo espaço (Becker, 1996). As pesquisas empíricas que adotaram esta abordagem demonstram, por exemplo, que as

cidades possuem mais jovens do que as áreas rurais, da mesma forma em que há uma predominância numérica de mulheres. A heterogeneidade da população urbana é marcada por recortes raciais e étnicos, em conformidade com o que fora constatado por outros pesquisadores da Escola de Chicago. Além disso, Wirth (1976, p. 108) verificou que a taxa de natalidade nas cidades tende a cair e que “a falha da população urbana em se reproduzir parece ser uma consequência biológica de uma combinação de fatores no complexo da vida urbana”.

Já a perspectiva da forma de organização social é constatada pelo enfraquecimento dos laços de parentesco – acompanhado da criação de laços fictícios –, pelo declínio do significado social da família, pelo desaparecimento das relações de vizinhança e pelo esfacelamento da solidariedade social – substituída por unidades de interesse. Ademais, o aumento da renda nos centros urbanos é acompanhado do aumento do custo de vida; e “[...] praticamente não existe nenhuma necessidade humana que deixou de ser explorada pelo comercialismo” (*Ibidem*, p. 110).

Finalmente, Wirth encerra seu ensaio com a perspectiva da psicologia social, isto é, da personalidade urbana e do comportamento coletivo. Neste caso, os dados empíricos são desoladores: “A desorganização pessoal, o esgotamento nervoso, o suicídio, a delinquência, o crime, a corrupção e a desordem poderão, nessas circunstâncias, prevalecer mais na comunidade urbana do que na rural” (*Ibidem*, p. 111). O controle social passa a ser realizado por grupos formalmente organizados, enquanto as massas “estão sujeitas à manipulação por símbolos e estereótipos comandados por indivíduos operando de longe, ou invisivelmente por trás dos bastidores, através do controle dos meios de comunicação”.

Para Wirth (1976, p. 112), aquilo que à época chamavam de “Sociologia Urbana” somente poderia sê-lo caso os sociólogos tivessem uma compreensão “do que seja a cidade como entidade social” e caso possuíssem uma teoria sobre o urbanismo. Munido das ferramentas necessárias, o pesquisador da cidade poderia escapar de uma prática corriqueira e “fútil”, que, em nome da Sociologia, enuncia “uma variedade de julgamentos, às vezes insulscitáveis, relativos a problemas tais como pobreza, habitação, planejamento urbano, higiene, administração municipal, policiamento, mercadologia, transporte e outros itens técnicos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tensão entre indivíduo e sociedade está constantemente presente em Simmel. A cidade

por ele concebida, tal qual a weberiana, é uma cidade de indivíduos; o que não significa que seja ontologicamente precedida por eles. A cidade, isto sim, é o local onde o indivíduo poderá se desenvolver plenamente. A estrutura, porém, parece exercer um peso enorme sobre o agente, havendo uma projeção e uma morfologia sociais.

Em contrapartida, Wirth, juntamente com outros cientistas sociais da Escola de Chicago, enfatiza sobremaneira a ideia do urbanismo como modo de vida e negligencia as formas – não obstante faça observações pontuais acerca da economia e da organização política, por exemplo. Simmel, ao contrário, nos traz uma discussão sobre o fragmento urbano e a paisagem; sobre a alma e a forma da cidade moderna.

Sob essa perspectiva, independentemente da enorme influência que Simmel exerceu sobre Wirth, nota-se que este evoca uma teoria da ação em detrimento de uma teoria da estrutura. Já Durkheim, que direta e indiretamente surge no pensamento de ambos, é veemente ao afirmar que os indivíduos são fruto das instituições, ou seja, quando aparecem em cena, os aparelhos de socialização já estão previamente implementados. A questão, para o sociólogo francês, é a forma pela qual a ordem será mantida.

Ainda segundo Durkheim (2013), o indivíduo não pode suportar solitariamente a existência: é o social que forja a liga que une os indivíduos. Se não houvesse essa proteção, viveríamos em total anomia. Por isso, o suicídio, uma anomia social, ocorre com mais frequência em períodos de crise, durante os quais as expectativas são abaladas. Do mesmo modo, a divisão do trabalho anômica se dá quando falha a ideia de sinergia e integração, geralmente durante crises industriais ou comerciais e antagonismos entre trabalho e capital.

Mais sombrio, Simmel acredita que a ideia de totalidade foi subtraída do nosso controle com a ascensão da vida urbana. Como um dos operadores das práticas sociais, o mercado concede liberdade, mas, paradoxalmente, aprisiona. Por isso o indivíduo é o ponto de partida a partir do qual se observa e se fala sobre a cidade; não é um elemento de análise que está no mesmo patamar da cidade. Como a paisagem de Roma lhe ensinou, o indivíduo produz cidades, da mesma forma que as cidades produzem indivíduos: as almas e as formas relacionam-se dialeticamente.

Longe de esgotar o pensamento de Simmel e Wirth, pretendi apenas apresentar a contribuição de ambos para o estudo da cidade. Como não existe texto sem contexto, as observações de Wirth estão diretamente vinculadas às ideias que vigoravam em sua época; sobretudo nos Estados Unidos e,

principalmente, na Escola de Chicago. No entanto, isso não significa que haja uma ruptura profunda entre Wirth e Simmel; ao contrário, há notórias convergências. Mas o que realmente importa, para citar Becker (1996, p. 1), é que “[...] a história da sociologia não é a história da grande teoria, mas a dos grandes trabalhos de pesquisa, dos grandes estudos sobre a sociedade”. E, a esta altura, ninguém há de duvidar que estes autores nos tenham legado grandes estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Howard. A Escola de Chicago (conferência). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2 n. 2, out. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131996000200008&script=sci_arttext. Acesso em: 01 fev. 2016.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- FORTUNA, Carlos. Simmel e as cidades históricas italianas – uma introdução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, dez. 2003. Disponível em: <https://rccs.revues.org/1659>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *As grandes cidades e a vida do espírito*. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/simmel_georges_grandes_cidades_e_vida_do_esp_rito.pdf. Acesso em: 28 dez. 2015.
- _____. Florença. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, dez. 2003. Disponível em: <https://rccs.revues.org/1656>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- _____. Roma. Uma análise estética. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, dez. 2003. Disponível em: <https://rccs.revues.org/1657>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- _____. Veneza. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, dez. 2003. Disponível em: <https://rccs.revues.org/1658>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. V. 2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.
- WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. ■